

INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO E NEGÓCIOS DE IMPACTO: POSSIBILIDADES DE APOIO AO SETOR DE IMPACTO NO BRASIL

Ana Luiza Terra Costa Mathias
Paula Santana Santos

// resumo

O investimento social privado surge como uma forma de organizações privadas apoiarem projetos, negócios e iniciativas que gerem impacto social positivo na sociedade. Ampliando as possibilidades de atuação para além do desenvolvimento de projetos próprios e do apoio às organizações sociais e governamentais, o investimento social privado vem se aproximando da atuação dos negócios de impacto social, empresas que surgem com o objetivo de causar impacto socioambiental positivo através de seus produtos e serviços. As possibilidades de atuação conjunta e apoio entre o investimento social privado e os negócios de impacto são amplas. Neste artigo, pontuamos duas possibilidades a ser exploradas: as parcerias inter-setoriais, em que o investimento social privado pode contribuir com credibilidade, facilidade contratual e *expertise* de relação com o setor público; e o investimento semente em negócios de impacto em estágio inicial, que preenche uma lacuna de investimento do setor possibilitando que negócios inovadores amadureçam e possam receber investimentos mais robustos no futuro. Apesar do potencial de contribuição desses dois exemplos para o crescimento do setor, as incertezas e entraves burocráticos ainda são desafios a ser considerados para a ampliação das relações entre esses atores.

palavras-chave: Investimento Social Privado | Negócios de Impacto Social | Investimento Semente | Parcerias Intersectoriais

O GIFE

O Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) é uma organização sem fins lucrativos que reúne associados de origem empresarial, familiar ou independente que investem em projetos de interesse público. Criado em 1989 como grupo de troca e colaboração e institucionalizado em 1995 por 25 organizações, tornou-se referência no campo da filantropia e do investimento social privado no Brasil.

Nesses mais de 20 anos de atuação, tem contribuído para o fortalecimento de práticas e ações a serviço do bem comum no país, trabalhando para expandir, qualificar e fortalecer o investimento social privado, diversificar e ampliar atores e recursos, criando referências e estimulando boas práticas de gestão, bem como articulando o setor com a sociedade e a agenda pública. Atualmente, o GIFE reúne mais de 150 associados que, somados, aportam mais de R\$ 3 bilhões por ano em projetos próprios e no apoio a projetos de terceiros.

OS ARTIGOS GIFE

A série *Artigos GIFE* publica reflexões e análises de pesquisadores brasileiros de diferentes áreas do saber com o objetivo de estimular, ampliar e disseminar a produção de conhecimento qualificado sobre o campo da filantropia, do investimento social privado e da sociedade civil no Brasil.

A partir da premissa de que a produção de conhecimento sobre esses temas tem um papel fundamental na expansão, diversificação e qualificação da ação pública pela sociedade, a iniciativa também pretende contribuir para ampliar as conexões entre o setor, as universidades e centros de pesquisa, promovendo e apoiando o envolvimento de novos atores com a temática e a circulação ampliada de ideias em torno dela.

Este artigo integra a primeira edição dos *Artigos GIFE* que foram selecionados na chamada pública lançada pelo GIFE em 2018, com base na avaliação de um comitê externo. Os textos se enquadram em um dos 16 temas propostos e dialogam com dados do *Censo GIFE 2016* ou de pelo menos uma das seguintes pesquisas: *BISC 2017*, *Pesquisa Doação Brasil* e *Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil*, conforme estabelecido no edital da chamada.

É com alegria que publicamos os primeiros artigos dessa iniciativa que, a partir de então, se propõe a ser contínua, buscando apoiar e fomentar a produção de conhecimento sobre esse campo no Brasil.

INTRODUÇÃO

O termo investimento é tradicionalmente associado à prática das empresas e corporações em aplicar um montante de recursos em determinada atividade com o objetivo de ampliá-la e receber retorno financeiro positivo. Entretanto, com a diversificação da atuação de empresas, organizações e indivíduos no campo social, esse termo foi apropriado e incorporado ao conceito de investimento social privado (ISP). Esse se vincula à ideia de aporte de recursos (financeiro, pessoal, científico, etc.) em projetos que promovam retorno social, ou seja, impactos e transformações positivas na realidade social.

A literatura voltada à análise da atuação social de organizações privadas, especialmente as empresariais, apresenta uma variedade de conceitos para retratar essas atividades, tais como cidadania empresarial, filantropia, responsabilidade social empresarial, ação social, terceiro setor empresarial, entre outras (NOGUEIRA; SCHOMMER, 2009; FISCHER, 2005). Dentre os termos utilizados pelos pesquisadores e *practitioners* do campo, responsabilidade social é mais amplo, denominando todas as ações realizadas pelas organizações privadas no campo social, enquanto o investimento social privado é mais específico para denominar as ações não compulsórias e visando público externo (NOGUEIRA; SCHOMMER, 2009).

O termo investimento social privado ganhou mais força com a institucionalização do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) em 1995, que passou a promover espaços de discussão e produção de conhecimento sobre o tema. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e o GIFE (2014, p. 21), o investimento social privado se define como “o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público”. Tal definição buscava diferenciar essas atividades das demais do terceiro setor brasileiro, principalmente daquelas em que os recursos são utilizados de forma menos sistemática, denominadas como filantropia - termo este que, no Brasil, ganhou um sentido negativo atribuído às práticas que não têm preocupação em estipular ou monitorar os retornos. Entre as organizações identificadas como participantes do campo do investimento social privado estão fundações, institutos (de origem familiar, comunitária, empresarial e independente) e empresas.

Desdobram-se, dessa breve descrição, alguns valores e práticas que caracterizam as organizações desse campo, como, por exemplo, acompanhamento e mensuração de resultados (monitoramento e avaliação), inovação (tecnologias sociais) e atuação em parceria com outras organizações sociais, empresas e setor público.

Esse processo ocorre em um contexto socioeconômico de intensas mudanças que levaram a sociedade brasileira a pressionar os atores privados para que assumissem responsabilidades nos campos social e ambiental. Dois eventos influenciaram essa pressão social, segundo Modesto (2016): a Eco 92, realizada no Rio de Janeiro, e o surgimento do movimento Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, em 1993, também na capital fluminense. As organizações privadas (familiares, comunitárias, empresariais e independentes) passaram por mudanças em suas estratégias de atuação após identificarem a relevância de ser vistas como socialmente responsáveis, estruturando seus investimentos nas áreas social e ambiental (MODESTO, 2016). Como resultado dessa reestruturação, houve a criação de diversos institutos e fundações para potencializar os investimentos sociais, concentrando a *expertise* em temas sociais, além de gerir projetos de maior porte e focados no alcance de metas e resultados.

No âmbito do investimento social privado corporativo, em um primeiro momento, ser socialmente responsável estava relacionado à identificação de temas como combate ao trabalho escravo e infantil ou à degradação do meio ambiente, porém essas causas, em diversas situações, acabavam por ser distantes da atividade das empresas às quais estavam ligadas. Esse fato vem se modificando recentemente. Cada vez mais os institutos e fundações empresariais e as próprias empresas vêm buscando alinhar sua estratégia a temáticas ou localidades mais próximas à atuação de seus mantenedores.

A publicação *Bondade ou interesse? Como e por que as empresas atuam na área social* (PELIANO, 2001), realizada pelo Ipea, contribuiu para trazer mudanças na forma como as empresas e organizações privadas se relacionam com o social no Brasil. Segundo o estudo, gradativamente, as ações sociais vão sendo incorporadas às ações estratégicas de negócios, oficialmente registradas e divulgadas, tornando públicos os compromissos sociais dos empresários. Além disso, há o reconhecimento geral de que o envolvimento social é bom para os empresários, para as organizações e para a comunidade.

O *Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC)*, uma das principais pesquisas produzidas sistematicamente pelas organizações do campo do investimento social privado, lançou um relatório comemorativo de dez anos (2017) com evidências de continuidade dessa tendência. No documento, a pesquisa indica o reconhecimento da mudança no perfil de consumo do brasileiro que opta por comprar produtos ou serviços de empresas com responsabilidade social reconhecida para além da média mundial, reforçando a importância do investimento social privado também nas estratégias de negócio. Segundo o relatório, nas últimas duas décadas, os investimentos sociais apresentavam um caráter filantrópico e compensatório. Atualmente, há uma preocupação por parte das organizações de alinhar sua atuação ao negócio das empresas mantenedoras, às políticas públicas e às agendas e metas internacionais de desenvolvimento.

Assim como apontado por Modesto (2016), ressalta-se a intensificação do alinhamento do investimento social privado com a atuação do negócio, conforme indicado pelas pesquisas do *BISC*. Investimentos sociais em regiões próximas a áreas de atuação das empresas cresceram de 45%, em 2011, para 75%, em 2016 (*BISC*, 2017). Essa tendência também vem sendo discutida pelos associados do GIFE, configurando-se como uma das suas agendas estratégicas (GIFE, 2019). A intensificação na estratégia de alinhamento com o negócio ampliou a atuação dos investidores sociais para além da execução de projetos próprios e do tradicional aporte financeiro e técnico para organizações sociais sem fins lucrativos. Um novo ator passa a ser cada vez mais inserido: os negócios de impacto social.

Esse tipo de negócio é fruto das mesmas modificações e pressões sociais que deram origem a uma maior atuação social das grandes empresas e governos. Novos negócios, cujos próprios produtos e serviços são focados em atender especificamente demandas da população de baixa renda e causar impacto social e ambiental positivos, começaram a surgir. Esses negócios vêm se expandindo no Brasil, dando origem a um mercado específico para fomentar sua criação, crescimento e escala. Hoje, por exemplo, é possível encontrar incubadoras e aceleradoras especializadas em negócios de impacto, fundos de investimento especializados, *workshops*, cursos e disciplinas em universidades voltados para esse mercado.

Nosso objetivo não é esgotar a discussão sobre os negócios de impacto social e sua origem, mas é importante pontuar que, com muitos fenômenos novos, há diversas nomenclaturas e tipos de negócio que se propõem a gerar impacto social positivo através de sua própria atuação no mercado.

Muitas dessas discussões se iniciam com o conceito de mercado da Base da Pirâmide (*Base of the Pyramid* ou BoP, na sigla em inglês) proposto por Prahalad e Hart em 2002. Esse conceito, que utilizou dados da *UN World Development Reports*, parte do princípio de que a população mundial poderia ser dividida conforme sua renda e que essa divisão formaria a imagem de uma pirâmide. A base dessa pirâmide seria formada pela população que tem renda anual per capita de menos de 1.500 dólares, um total de quatro bilhões de pessoas. A ideia de Prahalad e Hart é que essa população possui diversas necessidades, que antes eram negligenciadas por diversas razões, que poderiam ser atendidas pelas grandes empresas através da criação de produtos e linhas específicas. Em resumo, os autores buscaram chamar atenção para

o fato de que essa população é um mercado que também merece atenção e com potencial de geração de retorno. Diversas empresas, especialmente multinacionais, criaram linhas de produtos e serviços para essa população em todo o mundo.

Além das empresas com foco na Base da Pirâmide, surgiram as ideias de Valor Compartilhado que, segundo Porter e Kramer (2011), estão relacionadas a diminuir impactos negativos e gerar impactos positivos ao longo da cadeia produtiva das empresas, com atenção ao uso dos recursos naturais, à saúde e bem-estar dos funcionários e à produtividade e capacitação profissional de fornecedores e funcionários. Ações como essas gerariam benefícios mútuos para a empresa e para a comunidade ao seu redor.

É possível perceber nesses dois exemplos que as pressões por maior atuação social e responsabilidade por parte das empresas gerou tanto o movimento de criação de fundações e institutos voltados a projetos que beneficiassem a sociedade como um todo - e que não necessariamente tivessem relação com a atividade fim da empresa -, quanto fez com que as discussões de impacto social fossem trazidas para dentro da própria atuação empresarial, olhando para a maneira com que produzem e para quem produzem.

Similares a esses conceitos há outros dois: o de negócios inclusivos, em grande quantidade presentes na América Latina e que buscam inserir a população de baixa renda nas cadeias produtivas das empresas com o objetivo de gerar maior renda para essa população e uma demanda constante de fornecimento de produtos (SNV; WBCSD, 2010); e o de Empresas Sociais, em maior quantidade em vários países da Europa e, em muitos deles, com reconhecimento legal específico. Essas organizações são sem fins lucrativos e têm por objetivo oferecer bens e serviços com o fim de beneficiar a comunidade, com dinâmicas de governança coletiva (DEFOURNY; NYSENS, 2008). A maioria das empresas desse tipo, também conhecidas como Work Integration Social Enterprise (WISE) (DEFOURNY; NYSENS, 2008), oferece capacitação profissional e busca reintegrar populações em vulnerabilidade social no mercado de trabalho.

Por fim, começam a surgir os negócios que nascem com o objetivo de oferecer produtos e serviços e, por si, geram impacto social positivo na sociedade. Os negócios sociais foram o primeiro conceito desse tipo. Segundo Yunus (2010), eles são definidos como um tipo de negócio dedicado a resolver problemas sociais, econômicos e ambientais.

A peculiaridade do conceito defendido pelo autor é que, para ser um negócio social, a organização não pode distribuir seus lucros em forma de dividendos. Todo lucro gerado pelas organizações deve ser reinvestido no próprio negócio como forma de expandir o impacto social gerado e de não conflitar com a missão da organização.

É a partir dessas discussões que surgiram os negócios de impacto social, que são entendidos como “empreendimentos que têm a missão explícita de gerar impacto socioambiental ao mesmo tempo em que geram resultado financeiro positivo e de forma sustentável” (FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS, 2015). Tal conceito se diferencia da definição de Yunus por não restringir a divisão de lucros da organização. Esses negócios podem receber investimentos e capital e distribuir seus lucros aos investidores.

Pesquisas recentes têm indicado que os termos negócios de impacto e negócios sociais têm cada vez mais aparecido nos materiais institucionais e nas falas das organizações. É um mercado que está se expandindo e ganhando mais complexidade e novas formas de atuação. A aproximação entre os negócios de impacto e o investimento social privado surge nesse contexto com um leque de possibilidades.

Há um processo vigente de aprendizado organizacional buscando conhecer e fortalecer esse fenômeno recente do mercado brasileiro, assim como as possibilidades e limites de atuação do investimento social privado nesse campo. A pesquisa de Santos (2018) indica que essa aproximação entre investimento social privado e negócios de impacto social permite trazer inovação por apresentar um dinamismo favorável à emergência de novas alternativas de grande potencial de impacto.

A afinidade entre o investimento social privado e os negócios de impacto social também se potencializa por ter entre seus conceitos centrais valores compartilhados como impacto, investimento e retorno social. A associação do investimento social privado com os negócios de impacto social também é entendida como uma estratégia para potencializar a abrangência dos investimentos sociais, possibilitando atuar em diferentes territórios e ampliando seus beneficiários (SANTOS, 2018).

POSSIBILIDADES DE APROXIMAÇÃO E APOIO DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO AOS NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIAL

Segundo o GIFE (2018), as organizações do ISP vêm se aproximando lentamente dos negócios de impacto. Apesar das diversas incertezas e dúvidas que cercam o campo, ainda em crescimento no Brasil, é possível ver que algumas aproximações vêm ocorrendo nos últimos anos.

De acordo com o *Censo GIFE 2016* (GIFE, 2017), o volume de recursos aportado pelo ISP em negócios de impacto teve um crescimento de 60%, passando de R\$ 32 milhões, em 2015, para R\$ 52 milhões, em 2016. Dos 116 respondentes da pesquisa, 42% afirmaram atuar em negócios de impacto social. O perfil desses respondentes é composto por 59% de empresas, 55% de institutos e fundações familiares, 36% de institutos e fundações empresariais e 31% de institutos e fundações independentes ou comunitárias. Essa atuação se dá principalmente de forma indireta, por meio da participação em redes e debates sobre o tema (28%), fomentando ações de formação, informação e rede de relacionamento (22%) e apoiando ou desenvolvendo produção de conhecimento (15%).

Há, no entanto, uma grande variedade de possibilidades de atuação do ISP com os negócios de impacto. Segundo o GIFE (2018), essa atuação pode ser na forma de fortalecimento do ecossistema de finanças sociais e negócios de impacto, produção de conhecimento, fortalecimento de organizações intermediárias, *advocacy* sobre o tema junto a atores estratégicos, apoio financeiro (doações, investimento semente, investimento de impacto, dentre outros), apoio técnico, além de capacitação e interface entre negócios de impacto e políticas públicas.

A partir dessa aproximação entre o ISP e os negócios de impacto social é possível estabelecer algumas tendências e oportunidades de crescimento. O artigo presente no relatório do *Censo GIFE 2016*, escrito por Rebeca Rocha e Rob Parkinson (2017), indica que organizações como institutos e fundações poderiam contribuir de diversas formas para mensurar os impactos dos negócios de impacto social: oferecendo recursos financeiros e humanos, ferramentas, estruturando os processos de mensuração e avaliação e financiando organizações externas para realizar a mensuração. Além disso, os autores chamam atenção para a necessidade de fortalecer incubadoras e aceleradoras através do investimento direto, visto que apenas 6% dos institutos e fundações no *Censo GIFE* relatam doar recursos para essas organizações. Outro ponto levantado é a ação para além das doações, indicando a possibilidade de o ISP explorar outras formas de financiamento do empreendedorismo social. Por fim, reforçam a relevante e ascendente atuação dos negócios de impacto social junto aos demais atores do ecossistema.

As organizações do ISP representam um ator importante na interface entre negócios de impacto e políticas públicas através da sensibilização de gestores públicos sobre o setor de negócios de impacto e a possibilidade de implementar soluções inovadoras para problemas públicos, trazendo principalmente sua experiência e histórico de atuação com o poder público. Além disso, o ISP também pode apoiar negócios de impacto na fase de testes de produtos e serviços com potencial de ampliar o impacto social do serviço público e ainda viabilizar as atividades com o poder público, enquanto processos licitatórios e contratos diretos com o setor público estão em curso (GIFE, 2018).

Recentemente, Mathias (2018) estudou relações de parceria entre negócios de impacto e setor público no Brasil, analisando três casos em que negócios de impacto social e prefeituras estavam trabalhando em conjunto. Nessas parcerias, o negócio de impacto social atuava utilizando sua expertise em conjunto com o setor público para oferecer serviços à população nas áreas da saúde, educação e capacitação profissional.

Em seus estudos, a figura das organizações que fizeram a interface entre o negócio de impacto e o setor público apareceu como um ator importante nas relações entre essas organizações por diferentes motivos.

O primeiro foi o financiamento das atividades. Em duas das três parcerias analisadas, as atividades foram financiadas por uma terceira organização. Esse apoio financeiro veio de diferentes formas, desde patrocínio de empresas privadas a apoio de fundações e institutos do terceiro setor.

O segundo motivo foi a credibilidade. Em um dos casos estudados em que as atividades do negócio de impacto em conjunto com o setor público foram financiadas e intermediadas por uma organização do terceiro setor, os entrevistados tanto da prefeitura quanto do negócio de impacto ressaltaram o papel fundamental dessa organização durante o projeto. Devido à credibilidade da organização do terceiro setor no ecossistema, os demais atores se sentiam confiantes em executar o projeto com a garantia de recebimento financeiro. Além disso, a organização esteve presente no desenho do projeto, atividades e metas e o acompanhou periodicamente, garantindo sua execução.

Por fim, a formalização contratual do projeto. Em um dos casos estudados, o contrato realizado entre três partes - a prefeitura, o negócio de impacto e a organização do terceiro setor - agilizou o processo e permitiu que a parceria fosse estabelecida e o serviço fosse executado pelo negócio de impacto para a prefeitura com menos processos burocráticos que uma contratação direta.

Esses exemplos ilustram como o investimento social privado pode contribuir para que mais negócios de impacto realizem projetos em parceria, em especial com o governo. Essas organizações podem facilitar pontes entre os negócios de impacto e o setor público, intermediar contratos para tornar o processo mais rápido do que licitações e contratações diretas, financiar atividades em caso de orçamentos restritos do setor público e dar mais confiança e credibilidade aos parceiros nas primeiras experiências de parceria e projetos em conjunto.

Dentre as atividades que surgiram a partir da tendência do ISP de alinhar seus investimentos ao negócio das mantenedoras está o apoio e fortalecimento do setor público em cidades e regiões em que as empresas possuem plantas produtivas e atividades. Os negócios de impacto podem ser atores chave em projetos como esse ao agregar inovação, *know-how* e tecnologia especializadas em determinadas áreas e serviços focados na população de baixa renda, além de facilitar contato com a comunidade local, caso já estejam inseridos no território das atividades.

Outra possibilidade de interação entre o ISP e os negócios de impacto são as doações e investimentos para negócios em estágio inicial que ainda não estejam prontos para investimentos mais maduros e robustos, os chamados investimentos sementes. Segundo o GIFE (2018), devido à sua maior resiliência e flexibilidade quanto ao risco dos investimentos, o ISP pode explorar investimentos inovadores. Essa percepção se dá pelo seu histórico de atuação com recursos não reembolsáveis e seu foco no impacto social e ambiental.

Dessa forma, os institutos e fundações são potenciais investidores em momentos estratégicos do desenvolvimento dos negócios de impacto, voltados à concepção e prototipagem de soluções e consolidação do modelo de negócio, para que os empreendimentos possam sair do chamado “vale da morte” – fase em que muitos deles tendem a descontinuar suas atividades por falta de investimentos em um momento em que ainda não são capazes de gerar resultados financeiros. (GIFE, 2018, p. 74).

Este ponto se mostra crucial em pesquisas recentes. Segundo o relatório *Avanços, conquistas e orientações para o futuro* de 2017, da Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto, lançado em 2018, a disponibilidade de capital inicial das empresas em fase de crescimento continua a ser insuficiente. Do lado da demanda, vários negócios de impacto estão buscando investimentos. Dos 579 negócios mapeados pelo *Mapa de Negócios de Impacto Social + Ambiental*, da Pipe Social, em 2017, 46% apontaram que sua maior necessidade era a busca por dinheiro e investidores. Do total, 79% estavam captando investimentos. Desse, 38% estavam em busca de investimentos de até R\$ 200 mil e 33% estavam em busca de investimentos

entre R\$ 200 mil e R\$ 1 milhão de reais. As fontes de investimento daqueles que já tinham sido investidos vieram de diversos tipos de organização, como investidores-anjo, fundações e institutos, aceleradoras e incubadoras, investidores com contratos formais, governo e outros.

Outros estudos demonstram que do lado da oferta, ainda há um número insuficiente de recursos direcionados para negócios em estágio inicial. Segundo o *Mapeamento do ecossistema de investimentos de impacto no Brasil* (ANDE, 2014), identificou-se uma lacuna no capital inicial na fase de modelagem de negócios. A necessidade foi novamente indicada no estudo *Panorama do Setor de Investimento de Impacto no Brasil*, realizado pela mesma organização em 2018, afirmando que apenas 30% dos investimentos reportados foram direcionados para negócios em estágio inicial e nenhum para estágio semente (ANDE; LAVCA, 2018). A falta de investimentos desse tipo, segundo o relatório, pode fazer com que não haja um fluxo de negócios preparados para receber investimentos maiores e mais robustos para as fases de crescimento e escala.

Institutos e fundações podem desempenhar um papel importante nesse aspecto, já que, muitas vezes, contam com recursos, *expertise* setorial e redes de contatos. Alguns desafios para os investimentos desse tipo são entraves jurídicos que impedem doações ou investimentos das organizações em empresas ou a necessidade de encontrar organizações intermediárias como fundos de investimento e aceleradoras e incubadoras para facilitar a transação e acompanhar os negócios. Entretanto, a partir da discussão entre as próprias organizações, vem se buscando alternativas para lidar com esses empecilhos, como é o caso do Instituto Sabin, que alterou seu estatuto para incluir essa nova dimensão de investimento.

O investidor social pode oferecer mais do que apenas recurso financeiro. Dada sua acumulada experiência no campo social e empresarial, pode contribuir com conhecimento especializado e aproximação estabelecida ao longo dos anos com o público-alvo e com demais parceiros para alavancar as empresas em estágio inicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como brevemente apresentado neste artigo, transformações sociais e econômicas das últimas décadas ocasionaram mudanças nas organizações e, conseqüentemente, nos setores em que atuam. É a partir desse contexto que se estrutura o investimento social privado e que surgem os negócios de impacto social. Ambos, cada um à sua maneira, buscam integrar a atuação social ao setor privado. Esses dois atores possuem grande compatibilidade de objetivos e valores e, portanto, grande potencial de gerar impacto social positivo em conjunto.

A expansão dos negócios de impacto está desenvolvendo, como consequência, uma indústria de suporte e apoio ao setor - desde consultorias a aceleradoras, incubadoras, investidores, redes de suporte e universidades - focada em estruturar essas ações e fortalecer o ecossistema como um todo. O investimento social privado pode contribuir de diversas formas para o fortalecimento dos negócios de impacto social e seu ecossistema no Brasil. Aqui, enunciamos duas possibilidades que vimos como tendência em pesquisas recentes.

As parcerias intersetoriais, em especial com o setor público, estão se tornando cada vez mais frequentes, motivadas pela otimização de recursos e *know-how* das organizações, dentre outras razões. Percebemos que as fundações e institutos tiveram papel fundamental como intermediárias nos casos estudados por Mathias (2018), oferecendo credibilidade, facilidade contratual e financiamento em parcerias entre negócios de impacto social e municípios brasileiros. Essas experiências serviram para atender a uma demanda do setor público de se aproximar de tecnologias e conhecimentos disponíveis no mercado para a oferta de serviços públicos, contribuíram para que os negócios de impacto pudessem testar seus produtos em um novo mercado como o setor público - que conta com estruturas, contextos, escala e demandas diferentes das do mercado tradicional -, e deram credibilidade para que esses negócios pudessem atuar com outras prefeituras e níveis governamentais.

Além das parcerias, também notamos que os investimentos voltados para negócios em estágio inicial, chamados de investimento semente, são uma importante possibilidade de atuação do ISP no campo de negócios de impacto. Apesar de investimentos desse tipo apresentarem vantagens significativas, pesquisas comprovaram ser um tipo de investimento escasso no ecossistema de negócios de impacto hoje. No entanto, investimentos desse tipo podem ser um desafio para fundações e institutos do campo do investimento social privado por questões estatutárias e burocráticas e pelo risco que investimentos desse tipo representam. Para enfrentar essas barreiras, a construção de alternativas, como mudanças jurídicas, ou a estruturação de grupos intermediários podem auxiliar.

Vemos, portanto, que as contribuições do investimento social privado para o ecossistema de negócios de impacto são fundamentais, já que podem unir recursos, experiência, *expertise* e credibilidade das fundações, institutos, empresas e indivíduos com a inovação, tecnologias e *know-how* dos negócios de impacto em diversos setores. Há experiências recentes, conforme demonstramos durante o texto.

Os desafios para a atuação do investimento social privado com os negócios de impacto social, no entanto, ainda se fazem presentes. Muitas atuações aqui mencionadas foram pioneiras e apresentam o risco natural da inovação. As incertezas que cercam o setor de negócios de impacto, ainda crescente no Brasil, e a consequente aproximação tímida desses dois setores fazem com que tenhamos poucos casos estudados e compartilhados no próprio setor que gerem aprendizados e incentivem novas atividades. Além disso, desafios como a burocracia envolvida nos investimentos semente podem trazer para o cenário a necessidade de mudança e criação de legislações específicas que adicionam os componentes tempo e burocracia na equação.

Sendo assim, se faz necessário que essas experiências iniciais sejam compartilhadas e estudadas mais a fundo, suas boas práticas e desafios sejam verificados e outras organizações possam, a partir daí, realizar novas atividades de investimento semente em negócios de impacto e auxiliar em novas parcerias com outras organizações, especificamente o setor público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO. **Avanços, conquistas e orientações para o futuro de 2017**. São Paulo, 2018.

ASPEN NETWORK OF DEVELOPMENT ENTREPRENEURS (ANDE). **Mapeamento do ecossistema de investimentos de impacto no Brasil**. 2014. Disponível em: <<https://www.aspeninstitute.org/publications/mapping-impact-investing-sector-brazil/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ASPEN NETWORK OF DEVELOPMENT ENTREPRENEURS (ANDE); LATIN AMERICAN PRIVATE EQUITY & VENTURE CAPITAL ASSOCIATION (LAVCA). **Panorama do setor de investimento de impacto no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://www.andeglobal.org/blogpost/737893/311861/Panorama-do-setor-de-Investimento-de-Impacto-no-Brasil>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

BENCHMARKING DO INVESTIMENTO SOCIAL CORPORATIVO (BISC). **Destaques de 2017: uma retrospectiva da atuação social corporativa nos últimos dez anos**. São Paulo: 2017. Disponível em: <<http://www.comunitas.org/portal/download/bisc-2017-10-anos-destaques/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

DEFOURNY, Jacques; NYSENS, Marthe (Ed.). **Social Enterprise in Europe: Recent Trends and Developments**. Liège: EMES European Research Network, 2008. (Working Papers Series, n. 08/01).

FISCHER, Rosa Maria. Estado, Mercado e Terceiro Setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. **Revista de Administração (RAUSP)**, São Paulo, v.40, n.1, p.5-18, Jan-Março, 2005.

FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS. **Carta de princípios para Negócios de Impacto no Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://forcatarefafinancassociais.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Carta-de-Principios-Neg%C3%B3cios-de-Impacto-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). **Censo GIFE 2014**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2014>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

_____. **Censo GIFE 2016**. São Paulo: GIFE, 2017. 256p. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2016>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

_____. **Olhares sobre a atuação do investimento social privado no campo de negócios de impacto**. São Paulo, 2018. (Temas do Investimento Social Privado, v. 2).

_____. **Agendas estratégicas**. 2019. Disponível em: <<https://gife.org.br/agendas-estrategicas/>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC); GIFE. **Guia das melhores práticas de governança para fundações e institutos empresariais**. São Paulo: IBGC e GIFE, 2014. 72 p.

MATHIAS, Ana Luiza Terra Costa. **Interações entre negócios de impacto social e setor público no Brasil: estudo de três casos**. 2018. Dissertação (Mestrado em Análise de Políticas Públicas) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-04072018-230826/pt-br.php>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

MODESTO, Álvaro. **O Investimento Social Privado e os projetos na área da saúde**. 2016. Disponível em: <<http://comunitas.org/juntos/publicacao/o-investimento-social-privado-e-os-projetos-na-area-da-saude>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral; SCHOMMER, Paula Chies. Quinze anos de Investimento Social Privado no Brasil: Conceito e práticas em construção. In: ENANPAD - ENCONTRO CIENTÍFICO DE ADMINISTRAÇÃO DA ANPAD, 33. Anais... São Paulo: ANPAD, 2009.

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros (Coord.). **Bondade ou interesse?** Como e porque as empresas atuam na área social. Brasília: IPEA, 2001.

PIPE SOCIAL. **Mapa de Negócios de Impacto Social + Ambiental**. 2017. Disponível em: <<https://pipe.social/mapa2017>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

PORTER, Michael; KRAMER, Mark. Criação de valor compartilhado. **Harvard Business Review**. 06 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.hbrbr.com.br/materia/criacao-de-valor-compartilhado>>. Acesso em: 04 out. 2014.

PRAHALAD, Coimbatore; HART, Stuart. The fortune at the bottom of the pyramid. **Strategy + business**. 10 jan. 2002. v. 26, p 2-14. Disponível em: <<http://www.strategy-business.com/article/11518?pg=all>>. Acesso em: 04 out. 2014.

ROCHA, Rebeca; PARKINSON, Rob. Negócios de impacto: quais as oportunidades para o investimento social privado contribuir nesse novo campo. In: GIFE. **Censo GIFE 2016**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://gife.issuelab.org/resource/censo-gife-2016.html>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

SANTOS, Paula Santana. **Investimento social privado e políticas educacionais**: um olhar sobre as organizações brasileiras. 2018. Dissertação (Mestrado em Análise de Políticas Públicas) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-19062018-180644/>>. Acesso em: 09 set. 2018.

SNV NETHERLANDS DEVELOPMENT ORGANISATION; WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (WBCSD). **Negocios Inclusivos**: Creando valor en América Latina. SNV, WBCSD: out. 2010.

YUNUS, Muhammad. **Building social business**: the new kind of capitalism that serves humanity's most pressing needs. New York: Public Affairs, 2010.

AS AUTORAS

Ana Luiza Terra Costa Mathias

Mestre em Análise de Políticas Públicas (2018) pela Universidade de São Paulo. Bacharela em Relações Internacionais (2016) pela Universidade Estadual Paulista. Coordenou o pólo Brasil da Aspen Network of Development Entrepreneurs (ANDE) e hoje é coordenadora do Choice Educação no Movimento Choice. Pesquisa a temática de negócios de impacto desde 2014. Ganhadora do prêmio ICE na categoria TCC em segundo lugar em 2016. Possui experiência em pesquisa sobre negócios de impacto social, parcerias interseoriais e políticas públicas.

Paula Santana Santos

Mestre em Análise de Políticas Públicas (2018), licenciada (2015) e bacharel (2014) em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Atualmente é pesquisadora no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Integrou a equipe de Avaliação Econômica de Projetos Sociais e Políticas Públicas da Fundação Itaú Social (2012-2015). Possui experiência em pesquisa social nas áreas de desenvolvimento, políticas públicas, terceiro setor, investimento social privado e avaliação de projetos/políticas sociais.

Supervisão: **José Marcelo Zacchi e Erika Sanchez Saez**

Coordenação: **Graziela Santiago**

Suporte: **Carolina Magosso**

Comitê de seleção: **Ana Lúcia D'Império Lima,
Aron Belinky, Beatriz Azeredo e Paula Galeano**

Projeto gráfico e diagramação: **Dafne Rozencwaig Souza**

Revisão: **Amanda Proetti**

Impressão: **Forma Certa**

© 2019 GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas

DOI: doi.org/10.4322/978-85-88462-37-3-04



Este material é disponibilizado sob a licença Creative Commons Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional.
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

As opiniões e análises expressas nesta publicação não necessariamente refletem as do GIFE.

Apoio Institucional
Instituto C&A